

*Cleber Francisco Alves*  
*Pedro González*

---

**DEFENSORIA  
PÚBLICA  
NO SÉCULO  
XXI**

*Novos Horizontes  
e Desafios*

---

**PUBLIC DEFENDERS  
SERVICES IN THE  
XXI CENTURY**

*New Horizons  
and Challenges*

*Colaboração especial de*  
**EARL JOHNSON JR.**  
**PASCOE PLEASENCE**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2017

Copyright © 2017 by Cleber Francisco Alves, Pedro González

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini  
Revisão Ortográfica: Agnes Priscila Martins de Morais  
Ruth Geisiane Alves da Silva

Foto de capa: Davidlohr Bueso  
(Imagem vinculada à licença Creative Commons 2.0:  
<<https://www.flickr.com/photos/daverugby83/6653002021/>>)  
Modificada com aplicação de textura, opacidade e mudança de cores.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

Defensoria Pública no Século XXI: Novos horizontes e desafios. / Cleber  
Francisco Alves, Pedro González. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2017.  
236 p. ; 23 cm.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-519-0043-7

1. Direito Processual. 2. Defensoria Pública - Definição Constitucional  
- Princípios Fundamentais. 3. Acesso à Justiça - Regime Democrático -  
Desafios. 4. Novo Código de Processo Civil. I. Alves, Cleber Francisco. II.  
González, Pedro. III. Título.

CDD - 341.413

# SUMÁRIO

Apresentação.....	1
Capítulo 1 – A Definição Constitucional da Defensoria Pública como Expressão e Instrumento do Regime Democrático: Para Além de sua Função Simbólica .....	5
<i>Pedro González</i>	
Capítulo 2 – Assistência Jurídica no Brasil: Lições que Podem ser Aprendidas com Países que Outrora Alcançaram Avançado Patamar de Desenvolvimento na Prestação desses Serviços e Posteriormente Tiveram que Enfrentar Severas Restrições Financeiras .....	53
<i>Cleber Francisco Alves</i>	
Capítulo 2 – Apêndice: Legal Aid in Brazil: What Lessons Can Be Learnt from Jurisdictions that Have “Advanced Schemes” of State-Funded Legal Aid and are Facing Financial Restrictions? .....	77
Capítulo 3 – A Dimensão Político-Democrática do Acesso à Justiça e da Assistência Jurídica Gratuita .....	99
<i>Pedro González</i>	
Capítulo 4 – A Natureza do Direito à Assistência Jurídica: Direito Civil ou Social? Possíveis Implicações Sob o Princípio da Vedação ao Retrocesso .....	131
<i>Cleber Francisco Alves</i>	
Capítulo 4 – Apêndice: The Nature of Legal Aid Rights: Civil or Social/Welfare Right? Possible Implications Under the ‘Ratchet Effect’ Doctrine .....	147

Capítulo 5 – A Defensoria Pública no Novo Código de Processo Civil Brasileiro: Breves Considerações .....	163
<i>Cleber Francisco Alves</i> <i>Pedro González</i>	
Anexo I – Lifting the “American Exceptionalism” Curtain: Options and Lessons from Abroad .....	173
<i>Earl Johnson Jr.</i>	
Anexo II – Learning from the Paths to Justice Tradition: are Legal Needs Surveys Feasible in Brazil? .....	217
<i>Pascoe Pleasence</i>	
Anexo III – Emenda Constitucional Nº 80, de 4 de Junho de 2014.....	223